

4 Os ataques do PCC: um estudo de caso

A partir deste capítulo, partiremos finalmente para o nosso estudo de caso.

Vamos analisar a cobertura dos ataques atribuídos ao grupo criminoso *Primeiro Comando da Capital*, à cidade de São Paulo, no ano de 2006, a partir de recortes de reportagens publicadas em algumas das principais revistas do país.

Iniciaremos o capítulo com uma análise da edição especial sobre crime¹², publicada pela revista *Veja*, quase seis meses após os ataques de maio de 2006. Trata-se de uma edição especial de *Veja* sobre crime e que tem, já em sua capa, uma valiosa promessa: revelar ao leitor as raízes e as soluções para o que a imprensa vinha chamando de *barbárie, terrorismo, onda de violência*.

A escolha por iniciar o capítulo com uma edição publicada tanto tempo após o evento se deve ao fato de que o consideramos o estopim para a produção deste número especial sobre crime. A partir dos ataques do PCC, diversas publicações lançaram seus números especiais sobre crime.

É possível que seja por uma necessidade de apreensão da realidade e de um desejo em organizar e dar respostas ao caos em que acredita viver, que o leitor confie ao jornalista a função ilusória de alcance da verdade.

Nas páginas de *Veja* as notícias vão além, prometendo medidas para conter o crime e a violência. A reportagem conclui que o debate criminal é fraco e a legislação frouxa.

É, portanto, a hora de o especialista em generalidades entrar em ação e pôr ordem ao caos.

Diante da grande quantidade de páginas da reportagem de *Veja*, fez-se necessário operar um recorte e eleger quais reportagens seriam trabalhadas.

As matérias escolhidas foram: *O Brasil que não pune; ...E o Brasil que pune mal; PCC: Primeiro Comando da Cocaína e Supermax para Supermaus*.

¹² Disponível em: AITH, M. et al. Crime: as raízes, a impunidade, as soluções. Revista *Veja*, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p. 46-49, 62-63, 78-79

4.1. Maniqueísmo e palavras de ordem

Em sua edição de janeiro de 2007, a revista *Veja* define as faces opostas em uma narrativa maniqueísta sobre o crime e a violência. Ela estabelece o lado vilão: criminosos, maus policiais, operadores de direito, legisladores e a ressocialização. Traça o perfil de um delinqüente incapaz de se recuperar e de um judiciário que, além da pouca vontade em diminuir a violência, ainda premia os presos brasileiros com o que a reportagem chama de *cardápio de benefícios*, entre estes, o princípio da ressocialização, que é, nas páginas da revista, quase um personagem da narrativa.

Do lado heróico da história estão: *Veja* e seus colaboradores, dispostos a revelar as manobras sórdidas da justiça brasileira e a apontar soluções para o fim da impunidade e da violência. Pertence também a este grupo, o “leitor-herói”, sobrevivente de um país que supostamente beneficiaria criminoso.

As notícias sobre crime podem ser uma fonte importante de informação sobre os contornos normativos de uma sociedade, uma vez que “informam-nos do que está certo e errado, dos parâmetros para além dos quais não nos devemos aventurar e das formas que o demônio pode assumir”. (BIRD e DARDENNE, 1993, p.267).

Sendo assim, Nesta edição de *Veja*, o preso reincidente, o cidadão de bem, o juiz benevolente e mais uma galeria de personagens que compõem a narrativa, representam a histórica oposição mocinho versus bandido, presente desde a tradição oral e que, atualmente, assume recursos dramáticos intensos e de vasto alcance. Tornam-se, estes personagens, nosso padrão de conduta a seguir ou rejeitar.

Examinando a citação a seguir, ainda de Bird e Dardenne, podemos supor que este tom maniqueísta nas notícias de crime não seja uma exclusividade de nosso objeto de estudo:

Deve haver vilões e heróis em todos os jornais e as linhas da estória devem estar de acordo com o uso do suspense, conflito, derrota do mal e triunfo do bem, fator que tem guiado o bom senso e a arte de antigos contadores de estórias (BIRD e DARDENNE, 1993, p.274).

Mais do que definir os dois lados de uma realidade social apresentada como violenta, o maniqueísmo se vale na reportagem como estratégia de

proximidade com o leitor, apoiando-se, provavelmente, na crença de que ambos compartilhariam de um mesmo sistema cultural ou conceito de bom senso. Ora, se ambos se encontram ao lado do bem, se procuram, juntos, uma alternativa para escapar dos males de uma violência que é sempre externa a eles, é porque compartilham de uma equiparidade de interesses.

Breed atenta para o fato de que “a política do jornal protege, geralmente, a propriedade e os interesses de classe e por isso as classes sociais e os grupos detentores destes interesses estão melhores habilitados para os reter”. (Bird e DARDENNE, 1993, p.164).

Jornalista e leitor, uma vez próximos e familiarizados, dividem o lado positivo da sociedade e observam as notícias de crime do alto de quem tem a moral não corrompida, compartilhando dos mesmos anseios de justiça e punição. Ambos vítimas de um inimigo que será, segundo a própria reportagem, desnudado pouco a pouco, página por página. Um inimigo sem voz, porém extremamente poderoso, que causa repulsa, mas também fascinação, uma vez que o que o leitor parece desejar nas notícias é, em primeiro lugar, “os acontecimentos que constituem e representam uma infração, um desvio, uma ruptura do uso normal das coisas. Constitui notícia aquilo que altera a rotina, as aparências normais”. (GANS, 1979, p.164).

Ou seja, quanto mais negativo for um acontecimento, mais probabilidades ele terá de se transformar em notícia. Vale aí um dos principais mitos jornalísticos: o de que a má notícia é sempre uma boa notícia.

O jornalista nunca perde de vista, talvez por uma noção do que chama de bom senso, talvez por um constrangimento inerente ao próprio trabalho, uma suposta função social de conservação dos valores vigentes.

As notícias sobre crime dificilmente escapam da narrativa dualista: criminoso-vilão versus leitor-vítima ou leitor-herói. Idéia que pode ser melhor compreendida nas palavras de Soloski:

Embora os jornalistas não relatem as notícias de modo a manter o sistema político existente, as suas normas profissionais acabam por produzir estórias que defendem implicitamente a ordem vigente. Além disso, as normas profissionais legitimam a ordem vigente ao fazê-lo parecer um estado de coisas que ocorre naturalmente. Os princípios do profissionalismo jornalístico têm como resultado uma cobertura noticiosa que não ameaça nem a posição econômica da

organização jornalística individual nem o sistema político-econômico global no qual a organização jornalística opera (SOLOSKI, 1993, p.100).

O tom maniqueísta nas notícias sobre crime nas páginas de *Veja* reflete novas funções da mídia: normatizar, disciplinar, controlar e punir. Elas atuam, desta forma, como suporte de apoio do poder.

A velha função simbólica do direito- a função de ordenar os conceitos e os valores, estabelecendo o lugar do proibido e o lugar do Bem – vem sendo progressivamente ocupada, exercida e usurpada pela mídia. Sim, uma função simbólica, que inclui o efeito normatizador, punitivo e assim por diante. A ela cabe hierarquizar os sentidos e os valores. A ela cabe preconizar as condutas. Cabe preconizar os modos de falar e, ainda mais, cabe-lhe separar o que é dizível e o que é indizível (GOMES, 2003, p.12).

Mayra Gomes fala ainda de uma postura perversa da mídia, em que se ausenta a idéia de bem e se destaca a noção de mal:

A imagem do mal e da vítima são dotadas de poder midiático: são poderosas imagens de espetáculo para nossa indignação e compaixão, acalmando nossa consciência. Precisamos das imagens da violência e do mal para nos considerarmos sujeitos éticos (GOMES, 2003, p.77).

É por conta de toda a sua visibilidade que as mídias assumem este lugar educativo e, no que diz respeito às narrativas de crime, estas contém um valor meramente simbólico, pois cabe a elas informar a respeito dos contornos normativos de uma sociedade, educando o leitor em seus limites.

Falar sobre o que é politicamente correto, por exemplo, é sobretudo, discorrer, discursar. Trata-se de uma apresentação do mundo nos modos em que este deve ser vivido, um dar a ver do mundo. O dado a ver implica em processos que se definem por uma educação dos sentidos, uma educação da razão, uma educação em valores (GOMES, 2003, p.44).

O leitor de *Veja* é atraído por duas valiosas promessas. O periódico pretende desnudar o inimigo e aponta possíveis soluções para combatê-lo.

Ao final de cada reportagem o jornalista Marcio Aith sugere *como resolver o problema* e justifica a necessidade de um especialista em generalidades:

“Só a compreensão exata dos limites desse fenômeno é capaz de depurar a contaminação ideológica do fraco debate criminal e dissipar mitos criados por seu

déficit de racionalidade.” (Revista Veja, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.46).

Se até os especialistas na área criminal, pouco racionais e incapazes de se despir de suas convicções ideológicas não conseguem fazer o debate avançar é o momento de dar lugar às supostas objetividade e imparcialidade de quem tem acesso aos fatos como eles realmente são e aos bastidores da verdade.

É quando entra em cena o jornalista e seu aparato de fontes, números, pesquisas, estatísticas e personagens da vida real, como um advogado em busca da jurisprudência perfeita capaz de comprovar sua tese de defesa.

É justamente isto o que o leitor parece procurar: o relato definitivo de um fato dado como certo e as soluções para os seus problemas.

“Para o leitor, muitas vezes, as notícias fornecem respostas credíveis a perguntas desconcertantes e explicações prontas dos fenômenos complexos.” (BIRD e DARDENNE, 1993, p.266).

Porém, mais do que isto, o público parece procurar familiaridade em experiências culturais compartilhadas.

Na reportagem analisada neste subcapítulo, entre as soluções apontadas no combate ao crime, uma em especial, chama a atenção pela recorrência na mídia.

A repórter Julia Duailibi sugere limitar ao máximo as visitas íntimas:

“a lei brasileira também confere aos presos o direito a receber visitas íntimas – de suas mulheres ou prostitutas, como desejarem, e na frequência determinada pelo diretor de cada estabelecimento.”

(Revista Veja, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.49).

As penas aplicadas ao preso no Brasil são: restritivas de direito (incluindo a prestação de serviços pecuniários)¹³, pagamento de multa¹⁴ e, em último caso, privativa de liberdade¹⁵.

Ou seja, a legislação brasileira não prevê uma pena que restrinja ao apenado as chamadas visitas íntimas¹⁶ e, ao propor a redução de um direito garantido por lei ao tutelado do Estado, o jornalista assume o lugar do especialista no debate criminal.

¹³ Título V- das penas. Cap. 1, seção 2, art. 33 do C.P. (JOICE, 2004: 418)

¹⁴ Título V- das penas. Cap. 1, seção 3, art. 49 do C.P. (JOICE, 2004: 418)

¹⁵ Título V- das penas. Cap. 1, seção 1, art. 33 do C.P. (JOICE, 2004: 417)

¹⁶ Título V- das penas. Cap. 1, seção 1, art. 38. “O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda de liberdade.” (JOICE, 2004, p.417).

Além disso, a informação não condiz com o artigo da Lei de Execuções Penais (LEP), que garante ao preso visitas feitas exclusivamente por seus familiares e amigos¹⁷, não sendo permitida a visita de prostitutas em estabelecimento penal. No entanto, quem contestaria o especialista em generalidades? Aquele que, de modo imparcial, tem acesso aos lugares, aos fatos, às fontes, enfim, à verdade.

Na reportagem *O Brasil que não pune*, o repórter discorre a respeito da finalidade da pena e afirma que se o condenado estiver apto a reintegrar-se à sociedade, melhor, mas que ressocializar não deve ser o seu fim. Para dar credibilidade à sua fala, o jornalista recorre às idéias de Cesare Beccaria, um filósofo do século XVIII, apontado como um liberal em sua época, a quem ele intitula o pai do direito penal.

Três séculos depois e as referências à Beccaria se encaixam perfeitamente ao mundo atual, para o repórter de *Veja*. No entanto, mais adiante, o mesmo defenderá o modelo moderno de uma prisão de segurança máxima dos Estados Unidos, como exemplo a ser adotado em outros países.

Ora apelando para a tradição, ora recorrendo à modernidade, em um jogo em que o que conta são os mecanismos usados para legitimar a tese. Quanto mais distanciamento melhor, quanto menor o conhecimento que o leitor tiver a respeito de Beccaria e o direito penal, melhor. Afinal, conforme já discutimos em nosso segundo capítulo, a linguagem não existe para que se acredite nela. Vale mesmo é o que conseguimos guardar e reter de um enunciado.

Mayra Gomes nos lembra que:

É por uma vontade de verdade que o jornalismo se faz crítico, e é por uma carência que ele se faz um discurso fundado na referencialidade: sempre testemunhando sua palavra, sempre apresentando provas, ou ao menos simulando apresentá-las (GOMES, 2003, p.15).

A autora compartilha ainda com Bird e Dardenne da crença de que “os leitores raramente se recordam de detalhes de estórias sobre o crime e não utilizam a informação nas suas vidas diárias.” (BIRD e DARDENNE, 1993, p.267).

¹⁷ Segundo o artigo 41 da lei de execuções penais, “constituem direitos do preso: visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados”. Disponível em: <www.susepe.rs.gov.br>

Ou seja, os detalhes das histórias de crime e violência, assim como o aprofundamento dos debates que cercam estes eventos, suas causas e reflexos, são dissolvidos em meio ao terror característico destas notícias.

Não esperamos informações aprofundadas a respeito das leis ou debates amplos sobre as possíveis causas dos acontecimentos recorrentes envolvendo crime e violência. Em vez disso, “as estórias tornam-se parte de uma estória ou mito mais amplo acerca do crime e valores”. (BIRD e DARDENNE, 1993, p.267).

Novamente contrariando o texto da LEP, a repórter Duailibi chama de *prêmio* algo que está garantido por lei ao apenado: o princípio da ressocialização. Em suas palavras, “o sistema brasileiro acaba premiando o criminoso a pretexto de ressocializá-lo”. (Revista Veja, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p. 46).

Mayra Gomes argumenta que “uma palavra pode funcionar como dispositivo disciplinar, educando na configuração por ela oferecida e nas articulações derivadas desta configuração”. (GOMES, 2003, p.67).

Colocada entre aspas no título da reportagem¹⁸, a palavra *ressocializar* assume ares de ironia, indicando que tal pretensão do Estado faria parte de uma manobra da lei para beneficiar o criminoso. A ressocialização, aí, uma espécie de prêmio concedido injustamente àqueles que só cometeram o mal.

A mesma função têm outras palavras de ordem¹⁹ ao longo da reportagem, como: *modernizar, humanizar, benefícios*. São termos que auxiliam a produção maniqueísta na Revista *Veja*.

Leitores e jornalistas em oposição às leis e seus beneficiários. O velho duelo do bem contra o mal ganha vida nas páginas de *Veja* e o leitor é, também, personagem imprescindível das narrativas de crime.

¹⁸ “A pretexto de ressocializar os presos, benefícios da lei penal alimentam a criminalidade.” (Revista Veja, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.48).

¹⁹ Chamamos palavras de ordem não uma categoria particular de enunciados explícitos, por exemplo, no imperativo, mas a relação de qualquer palavra ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então, somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma "obrigação social. Não existe enunciado que não apresente esse vínculo, direta ou indiretamente (DELEUZE e GUATARRI, 1995, p.19).

Uma maneira produtiva de pensar as palavras de ordem é analisar a recorrência de certas expressões e palavras nas notícias de crime e violência e o efeito destas na construção de uma realidade imaginada. Vejamos, por exemplo, as palavras: *Onda de violência, terror, epidemia, impunidade, barbárie, praga*.

Epidemia e praga, por exemplo, remetem a uma necessidade de isolamento, refletindo o imaginário de um mundo perigoso demais para se viver.

O termo *onda de violência*, bastante usado em situações de conflito, remete a um estado de coisas sem causa aparente e que merecem resposta imediata, antes que se atinja a massa de inocentes. O termo facilita ainda a função confiada ao repórter de desnudar a origem dos conflitos e refletir a respeito de um desfecho esperado por ele e por seus leitores, afinal, uma onda é algo que surge naturalmente e quando falamos em *onda de violência* eliminamos todo o caráter reivindicativo que, porventura, os eventos de violência possam ter.

Por fim, aceitamos estes termos e palavras reincidentes como simples efeito da realidade vivida.

Em *Uma ideologia perversa*, Marilena Chauí (1999) chama a atenção para o fato de que o tratamento dado pelas mídias aos relatos de violência faz uso freqüente de palavras como surto, onda, epidemia, crise. Nas palavras de Mayra Gomes:

Todas essas palavras nos direcionam a um entendimento das ocorrências como exceções ou desregulamentos em um Brasil basicamente ordeiro, não-violento, basicamente bom. Descarta-se com isso a necessidade de aprofundamento do problema, a possível reflexão sobre as condições reais de produção da violência. Essa abordagem dos fatos promove estratégias pontuais de enfrentamento desse mal, como fragmentado e esporádico, sem que em nenhum momento seja pensado como persistente ou crônico (GOMES, 2003, p.69).

Ao questionar a pretensão do Estado em tentar humanizar as leis e ressocializar o apenado, a repórter sugere uma ineficácia no tratamento humano do mesmo e uma desconfiança de que este possa retornar ao convívio social de maneira que considera, subjetivamente, adequada, reafirmando a própria tese de que a prisão é a única solução para o crime. O repórter Marcio Aith, então conclui que, “no plano geral, no entanto, a saída é construir mais cadeias. E prender, prender, prender”. (Revista Veja, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.47).

É o jornalismo que ordena através da palavra e que aponta soluções para as questões sociais que, segundo a própria reportagem de *Veja*, nem os especialistas da área têm conseguido enfrentar.

4.2. Fontes, que fontes?

A regra de ouro deste circo, embora nem sempre percebida claramente, é que a fala do especialista esteja concorde com o discurso criminológico da mídia: se algum trecho se afasta do credo, será banido na publicação “editada” da fala.
(Nilo Batista)

Ainda tratando da edição especial sobre crime da revista *Veja*, identificamos o uso das fontes como um dos principais artifícios no conservadorismo do *status quo* ou como tentativa de representação do criminoso comum, que, imagina-se, não é o leitor de *Veja*.

A fonte, portanto, auxilia no processo de construção social de uma realidade a respeito do crime, como esclarece Felipe Pena:

A fonte de qualquer informação nada mais é do que a subjetiva interpretação de um fato. Sua visão sobre determinado acontecimento está mediada pelos óculos de sua cultura, sua linguagem, seus preconceitos. E, dependendo do grau de miopia, a lente de aumento pode ser direcionada para seus próprios interesses (PENA, 2005, p.57).

É da superficialidade do saber jornalístico que surge a necessidade da palavra do especialista, a fim de comprovar aquilo o que o *profissional em generalidades* não é capaz de atestar, em um movimento que Nilo Batista chama de *articulação retórico-demonstrativa* daquilo o que o profissional de mídia deseja que o leitor acredite.

Enunciados secundários do discurso criminológico da mídia (‘a impunidade aumenta o número de crimes’; ‘nas drogas é como uma escada, passa-se das mais leves para as mais pesadas’; ‘penas elevadas dissuadem’, etc.), que não alcançariam jamais constatação empírica, por serem completamente indemonstráveis, precisam de um respaldo ‘científico’, que os conduza respeitavelmente à doutrina dos editoriais. É aí que entram os especialistas (BATISTA, 1990, p.100).

Apesar de ser um dos principais personagens da edição especial de *Veja* sobre crime e símbolo da impunidade na reportagem em um de seus mais

importantes tópicos, Joabe Severino Ribeiro²⁰ não tem voz. Ele, pressupõe-se, não é uma fonte credível para o veículo.

Para Mayra Gomes, “não há discurso, não há produção de verdade sem um jogo de oposições, de isolamento de campos que implica debates e coerções, interdições e exclusões”. (GOMES, 2003, p.45).

Segundo o repórter de *Veja*, após cumprir quatro anos de pena por roubo e tentativa de assassinato, dois deles em regime semi-aberto, Ribeiro concluiu que “a pena por roubar e matar não é tão grande quanto o código penal determina. Que o sistema, enfim, é frouxo”. (Revista *Veja*, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.48).

Joabe Severino Ribeiro representa o próprio desvio, o delinquente sem recuperação, o personagem perfeito para ilustrar a tese de *Veja* de que ressocializar presos não deve ser a finalidade da pena e de que vivemos em um mundo perigoso onde assassinos não têm a exata noção do seu castigo justamente porque não o cumprem.

Finalmente, o repórter tira então conclusões no lugar do personagem da vida real. Ribeiro não é uma fonte credível, nem mesmo quando se trata de seus próprios atos. Ele dificilmente seria procurado pela equipe de *Veja*.

Nas palavras de Gans:

Aqueles que detêm o poder econômico ou político podem, facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas ações produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos (GANS, 1979, p.81).

Do fundo de uma cela em algum presídio na cidade de São Paulo, Ribeiro é apenas mais um dos personagens das dramáticas narrativas de crime que acompanhamos diariamente pela imprensa. E como toda boa dramatização, esta tem seu vilão, seus personagens principais e seus mocinhos, como a promotora de Bragança Paulista, Fabíola Sucasas, que denunciou Ribeiro: “o fato é que a saída temporária não ressocializa, é apenas outra oportunidade para o crime.” (Revista *Veja*, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.49). É o que conclui o repórter, tendo sua fala legitimada pela representante do Estado.

²⁰ Disponível no Box: *E o Brasil que pune mal*. (Revista *Veja*, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril).

Soloski esclarece que as fontes costumam surgir da estrutura do poder existente e por isso tendem a defender o *status quo*.

Os jornalistas são não ideológicos no sentido de que não relatam as notícias de acordo com uma perspectiva ideológica que é conscientemente partilhada pelos membros da profissão. Por isso, o lugar natural para encontrar fontes com valor noticioso será na estrutura do poder da sociedade porque os jornalistas vêem o atual sistema político como um estado de coisas natural (SOLOSKI, 1993, p.97).

A fonte é, para o jornalista, quase sempre uma escolha. Uma escolha que auxilia o repórter na defesa de suas hipóteses, de maneira que ele crê ser imparcial. A fonte torna-se, aí, a prova que ele necessita para fazer a distinção entre aquilo o que pensa e aquilo o que relata. É como se deixassem de participar da notícia e permitisse que, enfim, os fatos falassem nas palavras de outrem.

4.3. Apelando para o bom senso

O mais espantoso, não para mim, é o papel da imprensa, porque ela ciosamente se mantém invisível, calada, toda opinião que possa dissentir desse senso comum — que ela estimula, alavanca, repercute, produz — no sentido de olhar aquilo unicamente a partir da visão infracional, que empobrece um fenômeno tão rico como esse e que aponta apenas para a intensificação das medidas que produziram aquilo. É como se nós tivéssemos um paciente sendo envenenado por arsênico e a resposta fosse mais arsênico
(Nilo Batista)

No *Box: déficit de bom senso*²¹, o jornalista recorre a palavras como *atrasada, populista, paradoxos e absurdos* de modo a deslegitimar a legislação penal brasileira, e, conseqüentemente, reforçar suas próprias teses. Estas sim, repletas de bom senso e pretensas de que chegarão à verdade dos fatos, às coisas como elas realmente são.

A comunicação se dá quase sem ruídos, á medida que “todos se sentem peritos no assunto bom senso e, sendo comum, ele está aberto a todos”. (GEERTZ, 1998, p.132).

O repórter confia, portanto, na crença de que ele e o leitor compartilham de um mesmo sistema cultural e, portanto, um senso que é comum a ambos, e que, segundo Geertz, “é aquilo que resta quando todos os tipos mais articulados de

²¹ Disponível em: *E o Brasil que pune mal* (Revista Veja, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.48)

sistemas simbólicos esgotaram suas tarefas, ou aquilo que sobra da razão quando suas façanhas mais sofisticadas são postas de lado”. (GEERTZ, 1998, p.140).

Os profissionais de imprensa possuem uma série de estratégias capazes de defender e reafirmar as teses escolhidas pelo autor da notícia. Eles têm à disposição da defesa do que consideram objetividade na profissão o uso de aspas, citação de fontes, pesquisas, números e o apelo ao bom senso.

Em último caso, argumenta Gaber, “os media tendem a legitimar o sistema americano através da deferência para com as suas estruturas, valores e os seus funcionários eleitos e nomeados”. (GABER, 1984, p.207).

Com o título: *Supermax para os Supermaus*²², *Veja* cita a prisão americana de *Pelican Bay*, como exemplo a ser adotado no Brasil e traça um quadro comparativo entre as prisões brasileiras que funcionam sob o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e a prisão de segurança máxima americana²³. É de se imaginar que um presídio nos mesmos moldes no Iraque ou na Arábia Saudita não teriam a mesma função legitimadora de valores.

No subcapítulo desta pesquisa: *Maniqueísmo e palavras de ordem*, vimos que o repórter recorreu a Cesare Beccaria para creditar valores de tradição às suas opiniões a respeito do princípio da ressocialização. As idéias de Beccaria são do século XVIII. Agora, *Veja*, na mesma reportagem, aponta para uma prisão moderna como solução para criminosos perigosos. Ora recorrendo à tradição, ora apelando para o novo, parece faltar bom senso à revista.

Na edição dedicada à Marcola, o *Box: Nos Estados Unidos é outra estória*, a reportagem propõe ao leitor que reflita a respeito das diferenças entre o sistema prisional brasileiro e o sistema americano.

4.4.

Marcola: o fala - mansa do crime está mudo na imprensa.

A partir deste subcapítulo, nosso estudo de caso passa às análises da construção do perfil biográfico do presidiário Marcos William Camacho, o Marcola, em edições de três revistas: *Veja*, *Época* e *Caros Amigos*, todas publicadas em Maio de 2006, mês e ano do evento analisado em nosso estudo.

²² Disponível em: *Supermax para os Supermaus* (Revista *Veja*, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.78)

²³ Disponível em: *Supermax para os Supermaus* (Revista *Veja*, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.79)

A edição de *Veja* analisada neste sub-capítulo tem em sua capa a Manchete: *O bandido que parou São Paulo: o real poder do crime organizado e como quebrar sua espinha dorsal dentro das cadeias*²⁴.

Entre as edições de *Época* dedicadas à Marcola e investigadas aqui estão a edição de número 418, com a manchete: *Até quando?* Analisamos ainda o número 419 da mesma revista, esta última com a Manchete de capa: *O prisioneiro da cela 151: cenas inéditas e explosivas de Marcola na penitenciária de Presidente Bernardes*²⁵.

Da revista *Caros Amigos* vamos pesquisar a sua primeira edição extra, que reúne todo o material colhido ao longo de quatro meses sobre o PCC e seu suposto líder²⁶.

Após quase uma semana de ataques seguidos à cidade de São Paulo e rebeliões em presídios de diversos estados, o apenado Marcola, apontado como o mandante responsável pelos dias de caos, se tornava o homem mais temido e detestável do país.

Os principais veículos da imprensa brasileira, em uma corrida contra o tempo para divulgar o máximo de informações sobre a celebridade da semana, publicavam edições especiais com aquilo o que prometia ser o perfil biográfico de Marcos Camacho.

Diante da impossibilidade em realizar uma entrevista com o detento, grande parte das edições publicadas sobre Marcola resumiram suas fontes aos depoimentos colhidos de policiais e membros da justiça.

Entre as revistas analisadas neste capítulo, apenas em *Caros Amigos* identificamos fontes que tivessem relação direta com a vida de Marcola antes de ele ter se tornado o criminoso mais conhecido do país, incluindo parentes e amizades antigas do acusado.

Quando falamos em perfil biográfico, o que buscamos é conhecer os gostos, desejos, eventos importantes que marcaram a vida da pessoa. Porém, mais do que isso, buscamos aquilo o que entendemos por sua *história de vida*.

²⁴ Carneiro, M e Pereira, C. O bandido que parou São Paulo: o real poder do crime organizado e como quebrar sua espinha dorsal dentro das cadeias. Revista *Veja*, São Paulo, 24 de Maio de 2006. Editora Abril, p. 42-48.

²⁵ Nunes, Walter et. al. O prisioneiro da cela 151: cenas inéditas e exclusivas de Marcola na penitenciária de Presidente Bernardes.

²⁶ Barros de, João. *PCC*. Edição Extra. Revista *Caros Amigos*, São Paulo, Maio de 2006. Editora Casa Amarela.

No entanto, para analisarmos o perfil biográfico no jornalismo sob uma perspectiva crítica, podemos pensar o ato de biografar conforme nos sugeriu Felipe Pena: como uma forma de tentar ordenar os acontecimentos de uma vida, dando um sentido de estabilidade e coerência aos seus principais eventos.

A respeito das narrativas biográficas exploradas pelo jornalismo factual, Pena observa:

Os profissionais da imprensa enveredam pelo jornalismo não cotidiano, buscando narrativas de fôlego em que (re) constroem histórias e identidades, mas, para isso, utilizam o mesmo referencial epistemológico de sua atividade diária nas redações (PENA, 2004, p.20).

Ou seja, critérios como os da seleção das fontes e de importância das notícias, assim como a busca pela objetividade, fenômeno próprio da linguagem jornalística, continuam sendo fatores essenciais na elaboração das reportagens que tratam dos perfis biográficos das figuras de interesse público explorados pela imprensa.

É provável que o parágrafo acima explique o porquê de *Veja* e *Época* restringirem suas entrevistas e fontes àquelas de caráter oficial, ou, ao menos, as que possuam alguma credibilidade pública.

No entanto, mesmo quando adequadas às rotinas produtivas dos veículos de imprensa, a construção destas reportagens mantém a essência deste filão, explicada por Felipe Pena: “enquadramento retrospectivo e prospectivo ao ordenarem a vida articulando memória e aspirações dos indivíduos, suas motivações e os significados de suas ações numa conjuntura própria de vida.” (PENA, 2004, p.21).

Assim como a mídia cria suas celebridades e se retroalimenta delas, é, em parte, da biografia dos personagens que protagonizam os eventos de maior destaque nas cidades, que a imprensa alimenta o imaginário do leitor ou espectador. No entanto, mais do que o acontecimento em si, é o seu protagonista quem ganha destaque nas páginas dos jornais, especialmente quando se trata de eventos de violência.

Pena esclarece que “mesmo quando há assassinatos ou graves acidentes o assunto principal é sempre a celebridade ou o candidato ao estrelato que,

inclusive, pode ser o próprio assassino ou outro delinqüente qualquer”. (PENA, 2004, p.33).

Com uma galeria de personagens que pode ser a vítima de bala perdida ou até mesmo um pequeno meliante, os personagens da violência urbana, que outrora vagavam anônimos pela cidade, têm suas vidas vasculhadas e expostas em horário nobre. Conhecer a intimidade de cada um deles é tão importante quanto os detalhes dos eventos que trouxeram suas vidas à tona.

Quando se trata das vítimas de crime, os jornais vão fundo neste movimento que vai do anonimato à intimidade, a fim de criar proximidade e identificação com o personagem.

O caminho do jornalismo é o de tentar recuperar a individualidade da vítima, aproximando-a do público. A narrativa é a de uma biografia heróica, já que a vítima nunca morre em vão. O jornalismo se esforça para estabelecer uma lógica entre a maneira como a vítima viveu e a sua morte.

Nas nossas análises, faz-se necessário observar também, que quando tratamos dos personagens das notícias de crime, especialmente dos encarcerados, falamos daqueles que se encontram em absoluta distância do leitor médio das revistas semanais. Este outro, que pode ser o suposto criminoso, o apenado e, em último caso, o encarcerado, será sempre apreendido pelo leitor através de tipificações, frutos de interações sociais tipificadas.

Falamos aqui dos ensinamentos de Luckmann e Berger, que nos esclareceram, ainda no primeiro capítulo desta dissertação, que o modo como apreendemos o outro, através de tipificações, se generaliza quanto mais distante estivermos dele. O oposto também ocorre, ou seja, quanto mais acessível o outro é para mim, mais facilmente ele romperá a tipificadora na qual o apreendo. Já, quanto mais distante este indivíduo é para mim, mais dificilmente serei capaz de compreender sua realidade e apreendê-lo como indivíduo único e, portanto, atípico.

Neste caso específico da construção biográfica de personagens das notícias de crime no jornalismo factual, os constrangimentos inerentes à profissão, como o tempo escasso para a reflexão e a pesquisa, conduzem a uma narrativa precipitada, construída no imediatismo, mas que pode trazer consequências de longo alcance para o imaginário do leitor.

Não à toa a justiça não reconhece Marcola, personagem principal do nosso objeto de estudo, como o líder do PCC, mas a imprensa não tem dúvidas de sua liderança e o leitor, movido por uma vontade de verdade que muitas vezes só a mídia é capaz de suprir, idem.

Em meio às imagens de ônibus incendiados repetidas à exaustão nos telejornais e ao imediatismo que a cobertura da imprensa exige em eventos como este, a ânsia em punir o responsável pelo temor parece quase tão urgente quanto a vontade em lhe conhecer a intimidade.

Quem era, afinal, este criminoso tão poderoso e “como um bandido e seus comparsas conseguiram colocar de joelhos a maior cidade brasileira?²⁷” Ou de “como um trombadinha que agia nas ruas de São Paulo transformou-se no temido líder do PCC²⁸”.

Como veremos ao longo deste capítulo, para as reportagens analisadas em nossa pesquisa, Marcola é um terrorista, um psicopata sedutor, o bandido metido a justiceiro, dissimulado, sempre pronto a enganar os presos, estes apontados como uma massa amorfa de ignorantes manipulados.

Nos três veículos estudados para este capítulo, destacou-se em Camacho aquilo o que repórteres e leitores provavelmente crêem ser o seu diferencial em relação ao preso comum. Ele é o bandido que, mesmo encarcerado, lê, estuda e é bem informado.

Em dois dos veículos analisados, *Veja* e *Época*, a reportagem se refere à Marcola como o *bandido fala-mansa*. Para justificar a alcunha, os periódicos citam o fato de ele não usar gírias, ser aparentemente calmo e jamais deixar rastros dos crimes que comete.

Em sua edição dedicada ao presidiário, *Veja* inicia a reportagem com suas incontestáveis verdades: Camacho é o líder do PCC, apesar de não reconhecido pela justiça como tal e, mesmo com todo o empenho possível, os promotores ainda não conseguiram reunir provas contra ele, uma vez que, “precavido, ele raramente fala ao celular e jamais ordena a execução de crimes diretamente”. (Revista *Veja*, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.42).

Quando afirma que provas ainda não foram reunidas, *Veja* sugere que, em algum lugar obscuro, tais evidências se escondam.

²⁷ Revista *Veja*, edição 1957.

²⁸ Revista *Caros Amigos*, edição Extra. Maio de 2006.

Como em um romance policial, o leitor é convidado a desvendar os mistérios do crime. Ao seu lado estão os repórteres da revista e o promotor de justiça, de quem se tem a única declaração a respeito do personagem principal em toda a reportagem. A promotoria é uma das poucas vozes a falar pelo acusado.

Nas palavras do repórter de *Época*, “Marcola, segundo depoimentos, gosta de se vender como um homem politizado²⁹.” Nas falas de um agente penitenciário, “ele é vaidoso, quando a discussão é política ou ideológica, adora se expor³⁰.”

Ou seja, Marcola não é politizado, mas se vende como tal e gosta deste reconhecimento.

Para *Época*, ele “faz o tipo intelectual, costuma falar pausadamente e raramente usa gírias. Incorporou ao figurino óculos pequenos e redondos, usados para leitura.”

O repórter de *Veja* diz que o presidiário se gaba de ter lido mais de 3.000 livros. Marcola jamais será um intelectual legítimo, ele fará tipo, irá se gabar.

Assim como a publicação paulistana, *Época* escolhe os mesmos adjetivos para começar a falar de Marcola, definido por ambos os periódicos como *o bandido fala-mansa com pose de intelectual*, como podemos observar no trecho a seguir: “Marcola faz o tipo intelectual, costuma falar pausadamente e raramente usa gírias. (...) Incorporou ao figurino óculos pequenos e redondos, usados para leitura”, relata o repórter de *Época* usando as mesmas palavras de *Veja* para definir o criminoso.

Para *Época*, Marcola parece não precisar de fato dos óculos, ele simplesmente os incorpora, como um ator que lança mão de peças de uma indumentária para compor um personagem.

O estereótipo do presidiário que habita o imaginário do homem comum não admite nada que os tornem, cidadãos livres e encarcerados, de alguma forma, semelhantes. O homem comum que lê, trabalha, frequenta a escola. O homem que necessita por vezes de óculos, não simplesmente o incorpora ao figurino.

Época se esforça para mostrar que Marcola quebra este estereótipo que reside no imaginário do leitor. Ou, ao menos, o que ele crê fazer parte do imaginário de seu leitor, uma vez que compartilham de um mesmo sistema

²⁹ (Revista *Época*, São Paulo, 22 de Maio, 2006. Editora Globo, p. 34).

³⁰ (Idem).

cultural e senso de realidade cotidiana. Mais do que isto, do que seria a realidade da vida e personalidade de um detento padrão. Um homem provavelmente esfarrapado, sem cultura formal, sem anseios intelectuais. Para quê, livros? Para quê, óculos? Marcola, o presidiário intelectual, é uma afronta à inteligência moldada do leitor. A imprensa em geral, à época dos acontecimentos estudados, sustentou este acordo sobre Marcos Camacho: um blefe, o intelectual fabricado. A mesma imprensa que parece não enxergar na prisão um local propício a debates filosóficos ou para se adquirir conhecimentos políticos. Ainda que esta pesquisa não tenha realizado tal iniciativa, poderíamos supor a credibilidade de um universitário para os mesmos veículos, no tocante à sua capacidade de reflexão política. O respaldo da academia talvez lhes garantisse alguma credibilidade. Já os conhecimentos adquiridos em um presídio não legitimam qualquer discussão de âmbito filosófico.

A teoria marxista de ideologia, que aponta a valorização do trabalho intelectual, nos ajuda a pensar sobre esta questão e do quanto o conhecimento adquirido fora dos âmbitos das instituições consagradas são vistos sempre com descrédito.

E se pensarmos sobre isto quando presenciamos rebeliões e reivindicações lideradas ou não pelo crime organizado, concluímos o quanto a postura dos meios de comunicação diante destes eventos pode ser produto direto desta idéia que temos do espaço prisão, dos presidiários, e, mais do que isso, da legitimidade política de suas reivindicações, sempre lidas pelo viés de uma violência que explode a revelia.

Na época dos ataques à São Paulo, uma das informações mais debatidas pelos veículos de imprensa foi justamente um possível acordo entre a Secretaria de Segurança de São Paulo e o PCC, causando revolta social bem expressadas nas palavras de repúdio de âncoras, editores, colunistas, mas principalmente na fala das fontes escolhidas pelos jornalistas para ilustrar suas matérias a respeito do assunto.

Com presidiários não tem conversa. E se não há diálogo, apenas uma solução lhes cabe: a violência. A mesma que o jornalismo critica, repudia, teme e noticia como um mal externo.

Acreditamos que a mídia seja responsável, em grande parte, por instaurar os novos medos do mundo contemporâneo.

Para *Época*, Marcola é o “monstro capaz de comandar os ataques que fizeram o país acordar para um novo medo: o terrorismo³¹.”

Assim como em *Veja*, a revista busca construir a imagem do presidiário como o esperto em meio a uma massa carcerária composta de criminosos despreparados e ignorantes.

Camacho seria a combinação explosiva entre a sagacidade e a monstruosidade. Ainda nas palavras do repórter de *Época*, muitos presos fizeram do seu tempo livre uma universidade ou centro de associação política. A informação vem em tom de denúncia, como se o direito a se informar, aculturar e associar politicamente fosse apenas dos cidadãos livres. Ao transcender essa barreira, Marcola se assemelha a todos nós. Nas falas apontadas na reportagem como sendo as de um agente penitenciário, Marcola “é vaidoso, quando a discussão é política ou ideológica, adora se expor³².”

Veja e *Época* constroem narrativas baseadas quase exclusivamente em relatos de membros da polícia e a justiça.

Já na edição analisada de *Caros Amigos*, o repórter recorre ao depoimento do próprio Marcola a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Governo Federal e a indivíduos que compartilhariam da intimidade com o detento, para construir a narrativa. Além de diversificar as fontes, *Caros Amigos* narra as prisões de Marcola, as fugas e faz um trabalho de apuração mais rico que as outras revistas. É a única das três publicações que usa declarações de Marcola na construção de seu perfil, ainda que se trate de declarações descontextualizadas, retiradas do depoimento do detento a uma CPI.

Por fim, a revista *Caros Amigos* vai além no discurso penal da grande maioria da imprensa brasileira, que prega o isolamento dos presos e o endurecimento das penas como saída para a criminalidade. Faz o trabalho dos outros veículos parecer preguiçoso e chega a criar uma sensação de legitimidade ao *PCC*, como podemos observar neste trecho que se refere à Marcola:

“Era tratado como animal, via ser rasgado diante dos olhos a LEP. Estava no inferno, conhecera, enfim, a arma mais brutal do inimigo. Sem testemunhas, apenas algozes³³.”

³¹ (Revista *Veja*, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.31).

³² (Revista *Época*, São Paulo, 22 de Maio. 2006. Editora Globo, p. 34).

³³ (Revista *Caros Amigos*, São Paulo 28 de Maio. 2006. Editora Casa Amarela, p.28)

A revista traz às claras o que grande parte da imprensa fez questão de sublimar diante das atrocidades atribuídas ao grupo criminoso: um Estado que não cumpre as leis que ele mesmo cria, aprova e cobra de seus cidadãos, não consegue punir os que fazem o mesmo.

Caros Amigos finaliza sua edição especial com ousadia ao revelar quem seria, na verdade, o criador do PCC: o sistema penitenciário brasileiro.

Para a revista, Marcola não é assim tão silencioso, ainda que os trechos retirados de seu depoimento à CPI sejam sempre uma escolha do repórter. De um modo geral, no entanto, o presidiário, encarnação máxima da figura do criminoso, não é uma fonte credível, nem mesmo quando se trata de seus próprios atos.

A questão a ser problematizada aqui e que se refere a uma das principais crises epistemológicas do fazer jornalístico, é de como a unilateralidade das fontes afeta o imaginário do leitor no tocante à legitimidade e ao lugar de fala que o criminoso assume na mídia. E o quanto isto influencia na percepção da legitimidade que os eventos produzidos pela massa carcerária por ventura possam ter.

A mídia sempre busca em suas fontes, em primeiro lugar, o crédito daquilo o que é oficial. O PCC parece buscar sua legitimidade da forma que conhece bem: a violência.

Em *Caros Amigos* o desconforto é inevitável. Marcola não é mais o psicopata de *Época* ou o terrorista metido a sabichão de *Veja*. Em *Caros Amigos*, o suposto líder do PCC é o justiceiro dos presos.

Enquanto *Época* aposta no isolamento e na falta de lazer como formas eficazes de punição aos presos, *Caros Amigos* aponta para o que há de desumano no ócio e no enclausuramento máximo de prisioneiros.

Falamos aqui de duas correntes de pensamento bastante distintas a respeito de teorias que refletem sobre a violência urbana. Uma que aposta no endurecimento e na repressão como forma de combate ao crime, à impunidade e à violência. Uma outra corrente caminharia lado a lado com o ideal moderno dos direitos para todos e da prisão como lugar de reforma e não necessariamente de punição.

Em *Caros Amigos* esta é a ideologia que prevalece. Nas páginas da revista, a crueldade de homens do alto escalão do Governo é citada lado a lado aos crimes dos apenados, sem distinção. Já não há mais a certeza confortante do jogo

maniqueísta: bandido X mocinho. Esta edição da revista quebra esta certeza, colocando a questão de que o Estado também é criminoso ao falhar em suas atribuições diante da lei de execuções penais, refletindo a tendência humanista da publicação.

De um modo geral, no que se pôde observar nas outras publicações estudadas, o erro do Estado se resume basicamente em este ser falho na garantia da segurança pública e de punição aos criminosos. Isto porque o ponto de vista da imprensa é sempre o ponto de vista do seu leitor médio. É para ele e a partir dele que se fala. Neste caso, falamos de uma imprensa que se preocupa em mostrar basicamente os problemas deste leitor: segurança, confiança na justiça, certeza de punição.

O cumprimento das lei de execução penal não se mostra um problema nas páginas de *Época* e *Veja*.

Já para *Caros Amigos*, o Estado não é só falho, é também obtuso, cruel e desumano, um personagem-vilão da narrativa.

Felipe Pena defende em seu livro: *Teoria da Biografia sem fim*, uma nova atitude em relação aos acontecimentos, de modo que o jornalista passe a ler tais fatos não a partir do evento em si, mas a partir dos pressupostos de formação deste evento. Isto quer dizer, para o autor, “definir métodos, reavaliar fontes, escolher unidades de observação, estabelecer relações entre os elementos e chegar a modelos de estudo, sem, entretanto, deixar de considerar as múltiplas variáveis”. (PENA, 2004, p.47).

Reavaliar fontes talvez seja a tarefa mais penosa para a imprensa. Esta é a reflexão mais precisa que podemos tirar deste capítulo até agora.

Do quanto o lugar de fala é capaz de alçar o indivíduo à condição de fonte crível e do quanto o poder de fala pode ser determinante no tocante à legitimidade de um indivíduo ou grupo.

De tudo isso, a respeito de nosso personagem principal, podemos concluir apenas que não há um Marcola, somente diversos pontos de vista sobre ele.

4.5. O Estranho familiar

Em seu artigo *O Estranho*, Sigmund Freud faz uma investigação lingüística da palavra alemã *unheimlich*, que significa “o que não é doméstico, caseiro, o que não é simples, rude”. (FREUD, 1976, p.275). No seu equivalente em português, em uma tentativa de tradução, o que é estranho.

Segundo o médico fundador da psicanálise, o tema do *unheimlich*, para nós, *o estranho*, relaciona-se com algo que, justamente por ser estranho, não familiar, pode se tornar assustador. Apesar de nem tudo o que é estranho é necessariamente assustador, tudo o que é amedrontador, provoca estranheza.

Ao aprofundar-se em seus estudos, no entanto, Freud vai além ao concluir que “o estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito, familiar”. (FREUD, 1976, p.277). Sob esta perspectiva, *unheimlich* seria algo que era familiar e se torna, subitamente e inexplicavelmente, estrangeiro, estranho. E mais: algo que deveria ter permanecido secreto, mas veio à luz.

Acreditamos que a violência seja a pauta do momento na mídia nacional. O assunto que mais rende páginas nos jornais e revistas, o que mais ocupa espaço nos telejornais, o que gera mais debates. A questão da violência e da criminalidade é quase uma unanimidade: nada parece ser tão temido pelos habitantes das grandes cidades.

A pergunta é: o que há de familiar e o que há de aterrorizante nas notícias de crime e nos perfis dos criminosos traçados todos os dias pela imprensa?

Para Freud, “a teoria psicanalítica está certa ao sustentar que todo afeto pertencente a um impulso emocional, qualquer que seja a sua espécie, transforma-se, se reprimido, em ansiedade”. (FREUD, 1976, p.300).

Ele conclui então que “entre os exemplos de coisas assustadoras, deve haver uma categoria em que o elemento que amedronta pode mostrar-se como algo reprimido que retorna”. (FREUD, 1976, p.300).

Sob esta perspectiva, esta categoria de coisas assustadoras constituiria o estranho. No nosso estudo, o criminoso e suas ações violentas.

É curioso observar que o tema que mais apavora leitores e espectadores é também o de maior destaque nos jornais, o que mais rende *suítes*, edições especiais e mesas de debate.

E a violência, tão detestável pela pós-modernidade é, também, paradoxalmente, praticada das formas mais variadas em nossa sociedade.

As notícias sobre crimes e os perfis de criminosos famosos e temidos funciona como entretenimento em um mundo repleto de imagens violentas e carentes de sensações reais.

A busca por esta sensação de choque é explicada nas palavras de Beatriz Jaguaribe:

Em termos contemporâneos, o habitante da grande cidade pode ser visto como um consumidor entediado que procura revitalizar emoções mortas por meio do choque e do risco da cidade. Entretanto, conforme argumentaria *Kracauer*, encontros repletos de adrenalina não produzem significados, mas apenas pulsações de intensidade (JAGUARIBE, 2007, p.107).

Uma prática de violência sempre causa estranhamento a quem a sofre e há, a partir daí, um jogo de reconhecimento, em que se define a posição da vítima e a do algoz.

A mídia parece entender bem este jogo e sabe explorar os acontecimentos violentos sempre a partir do ponto de vista de seus leitores imaginados. A edição de *Veja* sobre Marcola inicia com o parágrafo:

O número 1 do PCC é, sem dúvida, um bandido esperto, mas está longe de corresponder às descrições em que aparece como uma espécie de gênio do crime. Leitor de 3.000 livros e apreciador de Dante Alighieri (a chance de um livro do poeta italiano ter ido parar nas mãos de Marcola não é pequena, mas a possibilidade de ele não ter entendido o que leu é certamente maior) (Revista *Veja*, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.43).

O repórter afirma ainda que Marcola se consagrou pelo estilo “bandido de fala mansa³⁴”, dotado de “supostas qualidades intelectuais³⁵”.

Marcos William Camacho é esperto, mas não pode entender o poeta italiano.

³⁴ (Revista *Veja*, São Paulo, 10 de janeiro. 2007. Editora Abril, p.43).

³⁵ (Idem).

Ele é o bandido violento e, no jogo de reconhecimento faz o papel do agressor marginal, não podendo ter qualquer traço característico em sua personalidade que se assemelhe ao perfil imaginado do leitor de *Veja*.

Por que Marcola é esperto, mas não pode ser inteligente? O cuidado em não fazer com que o “personagem-bandido” se assemelhe ao “leitor-vítima”, traz a compreensão da definição de *estranho* como algo que deveria ter permanecido oculto, mas veio à luz. Um dos fatores ocultos aqui é o de que Marcola pode, sim, ser tão ou mais inteligente e formalmente culto que o leitor de *Veja*.

Se o que é estranho satisfaz à condição de algo que foi reprimido, mas voltou, o estranho nos será sempre familiar. O que há de mais familiar nos perfis dos criminosos traçados pela imprensa, assim como seus atos violentos que tanto nos aterrorizam é o que parece ser a tônica das notícias de crime, através de um jogo de reconhecimento reforçado pelo maniqueísmo e pela exclusão.

O perfil biográfico de Marcola analisado em *Veja*, *Época* e *Caros Amigos* é construído por múltiplos olhares e vozes. As possíveis construções de uma realidade a partir da vida de nosso personagem são infinitas. Isto porque, em primeiro lugar, a realidade é, também, uma construção. Marcola pode ser o assassino cruel, o inimigo do Brasil, o justiceiro, o estranho familiar ou o ser humano castigado pela violência das prisões.

Além disso, ao considerarmos que o fazer jornalístico é sempre uma escolha, é importante observar de que modo estas escolhas têm contribuindo para se criar uma noção de realidade a respeito do crime, dos criminosos e das conseqüências deste imaginário para a vida social e política de uma sociedade.

Os personagens das notícias sobre crime e violência que habitam os presídios e as periferias das grandes cidades, revelam no imaginário do público a quem estas notícias se direcionam e o medo e a desconfiança que sentem em relação aos vizinhos que conhecem apenas das páginas dos jornais³⁶. E longe de ajudar os habitantes, a mídia contribui, paradoxalmente, para a sua estigmatização. O conceito negativo emitido pelas várias camadas sociais tanto aos moradores dos guetos e periferias das cidades, quanto aos presidiários, acaba por legitimar e naturalizar a violência que os vitima.

³⁶ O que vai dar sentido de pertinência à coletividade que habita esse novo território são, segundo B. Anderson, duas formas da imaginação que florescem no século XVIII: a novela e o jornal, já que são eles que proverão os meios técnicos necessários para a representação da classe de comunidade imaginada que é a nação (BARBERO, 2004, p.268).

No caso dos territórios³⁷ de conflito, este efeito perverso é bastante evidente e seus moradores, sempre que precisam informar seu endereço, sentem bem o custo de ter o nome de seu território associado a situações que se avizinham da arruaça (PERALVA, 2006, p.200).

O discurso que apóia o confronto *doa a quem doer* é justificado pela própria mídia que alimenta sua narrativa de violência pela narrativa da polícia e vice-versa.

O resultado é que, quando morto em confronto, o morador das áreas de conflito é sempre ligado ao tráfico de drogas ou a outra prática criminal. O medo encontra nos discursos da mídia e da polícia, sua maior aliada.

³⁷ Usa-se aqui o conceito de território explicitado por Angelina Peralva: “A cidade aparece como uma agregação de territórios atomizados - fenômeno que não deixa de ter como contraface as cidades das classes média e alta, erguidas sob forma de condomínios residenciais (PERALVA apud CALDEIRA, 2006, p.191). Segundo Peralva, por isso “a categoria território apresenta vantagens analíticas importantes em face à categoria favela”. (PERALVA 2006, p.191).